

OPINIÃO SOCIALISTA

16

COM OS

TRABALHADORES

CONTRA O

SISTEMA

**ESTATIZAR AS EMPRESAS ESTRATÉGICAS
POR SOBERANIA E DIREITOS**

**Lula administra o sistema, Bolsonaro quer piorar o sistema.
Só a classe trabalhadora pode enfrentar os capitalistas.**

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 7

NOTAS

Priscila Guedes, presente!

Ramon Zapata, presente!

Lançamento livro: V. I. Lênin: Obras Escolhidas

Pág. 8 a 12

EDITORIAL

COM QUANTOS PROGRAMAS
SE FAZ UMA ELEIÇÃO?

Pág. 13 a 21

CENTRAIS

COM OS TRABALHADORES,
CONTRA O SISTEMA

Pág. 22 a 30

BRASIL

QUEM CONTROLA A RIQUEZA
PRODUZIDA NO BRASIL?

Pág. 31 a 38

CLASSE TRABALHADORA

JORNADA DE TRABALHO,
PRODUTIVIDADE E O DIREITO
AO TEMPO LIVRE

Pág. 39 a 42

PARTIDO

PSTU DÁ LARGADA À
CAMPANHA ELEITORAL COM
MOBILIZAÇÕES EM TODO O PAÍS

Pág. 43 a 47

PARTIDO

VERA APARECE EM 3º LUGAR
NAS PESQUISAS, MAS SOFRE
BOICOTE DA GRANDE MÍDIA

Pág. 48 a 51

PARTIDO

LIVRO "PROGRAMA
REVOLUCIONÁRIO PARA O BRASIL"
ESTÁ NO PRELO

Pág. 52 a 56

MUNDO

NÃO NOS CALARÃO: NEM UMA
VOZ PELA PALESTINA SERÁ
SILENCIADA

Pág. 57 a 60

PARTIDO

CAMPANHA POR MAIOR
PLURALIDADE NOS DEBATES
ELEITORAIS GANHA FORÇA
NAS REDES E CHEGA ÀS RUAS

Pág. 61 a 64

HISTÓRIA

APÓS 86 ANOS DE SUA MORTE,
POR QUE TROTSKY CONTINUA
FUNDAMENTAL?

Pág. 65 a 68

CULTURA

ODISSEU VAI À TERAPIA

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Opinião Socialista Ltda.

CNPJ: 55.446.524/0001-00 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

PRISCILA GUEDES, PRESENTE!

Sua luta continuará em nossas lutas!



Priscila Guedes. Foto: Phill Natal

Partiu no último dia 11 de agosto a camarada Priscila Guedes da Luz, aos 46 anos. Pedagoga e professora da educação infantil da rede municipal de Maringá, dedicou grande parte de sua vida à organização dos trabalhadores, à defesa da educação pública e à luta pelos direitos das mulheres.

Sua trajetória política se confunde com a própria história das lutas do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá (Sismmar) e da categoria na cidade. Em 2006, esteve na histórica greve contra as políticas de privatização dos serviços públicos municipais. Como consequência daquela mobilização, esteve entre os trabalhadores demitidos pela Prefeitura, enfrentando a repressão e lutando pela reintegração, que foi conquistada mais tarde.

Sua atuação no movimento sindical ultrapassou as fronteiras de Maringá. Priscila integrou a Secretaria-Executiva Nacional da CSP-Conlutas. Mas sua militância não se limitava à luta sindical. Priscila era uma militante socialista e dedicou sua vida à construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão. Foi no PSTU que encontrou uma organização para levar adiante esse projeto e construir, junto com outros trabalhadores, uma alternativa socialista para a classe trabalhadora.

Nos últimos dois anos, Priscila enfrentou um câncer de mama. Foi mais uma batalha dura enfrentada por uma mulher que nunca deixou de lutar. Nos últimos meses, acompanhávamos sua luta e sua esperança diante do tratamento.

*Priscila, presente!
Sua luta continuará nas nossas lutas.
Sua memória permanecerá entre nós.*

RAMON ZAPATA, PRESENTE!

Parte um militante socialista histórico do Maranhão

Professor, filósofo, militante socialista e incansável lutador da classe trabalhadora, Ramon Zapata, nascido em São Luís (MA), faleceu no último dia 14, aos 65 anos.

Ramon dedicou sua vida à organização dos trabalhadores, à defesa da educação pública e à construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão. Coerente com o que acreditava, sua trajetória foi marcada pela coragem e pela

disposição de enfrentar os poderosos, acreditar e lutar por uma transformação radical da sociedade. Militante histórico do PSTU no Maranhão, Ramon esteve presente em diferentes momentos da luta política e eleitoral do partido, sendo candidato ao parlamento municipal e federal, ao Senado e ao governo do Maranhão. Colocou sua militância a serviço das lutas dos professores.

Ramon foi um militante revolucionário aguerrido, daqueles que não se conformam com as injustiças do capitalismo e acreditam na força da organização coletiva da classe trabalhadora para transformar a realidade.

Sua partida deixa uma enorme lacuna entre seus familiares, camaradas, amigos, estudantes, trabalhadores e todos aqueles que compartilharam com ele a luta por um mundo socialista.

*Ramon Zapata parte, e sua história de luta
continua em nós.
Seguiremos levantando a bandeira que ele
carregou durante sua vida.
Até o socialismo, camarada Ramon!*



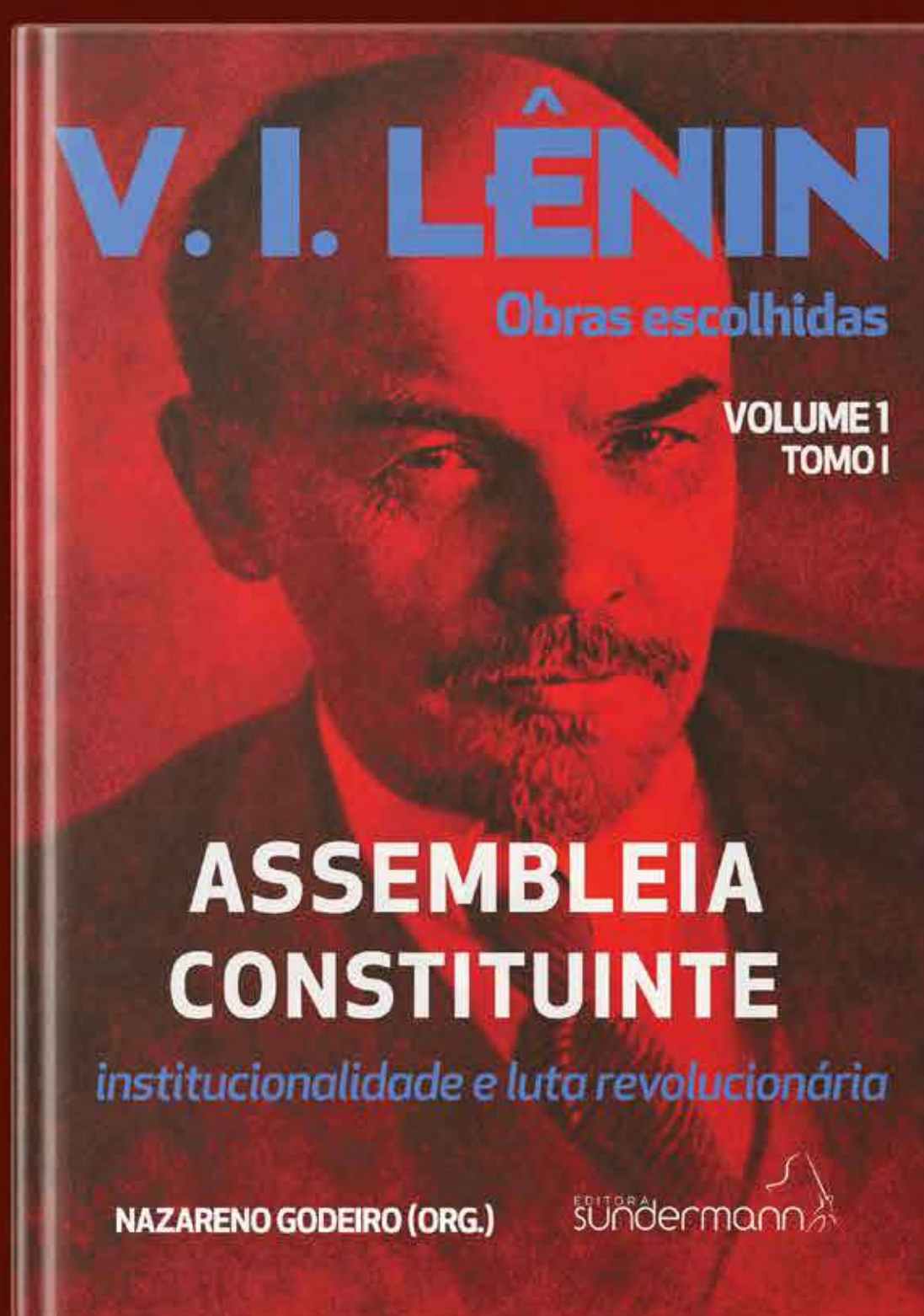
Ramon Zapata. Foto: Arquivo PSTU

LIVROS

V. I. Lênin | Obras Escolhidas

Está saindo do forno o primeiro volume da Coleção Lênin: Lênin e a assembleia constituinte: institucionalidade e luta revolucionária, em dois tomos. Trata-se de uma coletânea de textos inéditos de V. I. Lênin sobre o tema, nos quais mostra a experiência do Partido Comunista (bolchevique), que participou nas instituições burguesas não para embelezar o sistema capitalista, mas para superá-lo por meio de uma revolução.

A Editora Sundermann lançará várias coletâneas temáticas de Lênin: a questão das mulheres, reforma e revolução, a questão colonial, o partido e a Internacional Comunista, entre outros.



Com quantos programas se faz uma eleição?



Candidato à Presidência, Hertz Dias, e Vanessa Portugal na convenção do PSTU

A campanha eleitoral começou oficialmente no dia 16 de agosto. Como de costume, fomos bombardeados com as mesmas propagandas de sempre, velhas e novas caras prometendo mundos e fundos, mas sempre com o mesmo sentido: vote em mim que a sua vida vai melhorar.

A candidatura de Flávio Bolsonaro parece não empolgar seus apoiadores tradicionais. Vem sofrendo baques importantes, como a crise com Michelle, e perdeu popularidade após os áudios com o Vorcaro e por advogar em favor do tarifaço. Há uma relativa pulverização da direita com uma importância maior que na última eleição. O Missão/MBL incide em parte da juventude de direita. Caiado segue tentando disputar o bolsonarismo. E mesmo o centrão não entrou na

chapa. Pelo contrário, o PSD fechou com Caiado, mas Kassab elogia Lula. Os demais partidos do centrão – União Brasil, PP, Republicanos e MDB – apontam uma neutralidade que é, na verdade, apoio velado a Lula para compor ministérios e ganhar cargos no próximo governo. Parece que até o Ciro Nogueira está na mesa de negociação.

Lula vai, assim, ampliando sua frente ampla para amplíssima, ainda que de modo informal ou apenas nos bastidores. O certo é que sua campanha mantém a tradicional capacidade de falar em defesa de todos e ter um programa que não toca nos problemas estruturais do país, segue adaptado aos interesses dos diferentes grupos capitalistas, incluindo aí até o imperialismo dos EUA de Trump, com quem segue negociando e entregando.

O PSTU, ao contrário, apresenta um programa que parte da análise do país, de seus problemas estruturais e da dinâmica atual da crise, para propor medidas imediatas, conectando-as com o questionamento dos pilares da subordinação do Brasil, o regime dos ricos e o próprio sistema capitalista. Ou seja, não é “vote em nós que vamos melhorar sua vida”, mas sim para resolver até nossos problemas mais urgentes, como o fim da escala 6×1, salário, melhorar a situação de penúria da saúde e educação, precisamos avançar a disputa da consciência da classe trabalhadora em torno a uma alternativa revolucionária e socialista.

UMA ELEIÇÃO POLITIZADA

Um fenômeno novo, porém, está ocorrendo nesta campanha. Expressão da crise capitalista e da

falta de perspectivas, assim como um cansaço em relação às velhas alternativas, uma juventude politizada está buscando e discutindo os programas colocados pelas candidaturas. Da extrema direita até a esquerda socialista, que, ao contrário de Renan Santos, é censurada e vetada nos debates e na cobertura dos grandes veículos de imprensa. Uma juventude que busca por conta própria os programas cadastrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e discute de forma ativa nas redes sociais não só as melhores propostas, mas a melhor explicação de mundo e da realidade do país.

Isso explica as críticas ao primeiro programa cadastrado pela candidatura da UP à Presidência, com menos de duas páginas, e, mesmo após recauchutado, com explicações superficiais. E também a discussão em torno ao programa de Hertz Dias e Vanessa Portugal do PSTU, uma candidatura invisibilizada pela mídia, mas que, ao colocar uma visão de mundo e uma explicação para a crise atual, propondo uma saída realmente antissistema, teve uma repercussão considerável.

O debate, assim, superou em grande parte uma discussão rasa sobre o que é possível ou não fazer nos limites dessa democracia dos ricos. Mas o que é o Brasil hoje e qual a melhor saída para a classe trabalhadora e o povo pobre. Não basta reivindicar, por exemplo, de forma genérica “mais saúde” ou “mais educação”, mas explicar por que os serviços públicos estão em ruínas, questionar o arcabouço fiscal do governo Lula, a rapina realizada pelo imperialismo por intermédio de seus monopólios e de instrumentos como a dívida pública.

O REAL SENTIDO DO VOTO ÚTIL

Ao mesmo tempo, surgiu uma reação de um setor ligado à esquerda da ordem, retomando o velho tema do chamado voto útil.

O PSOL integra o governo do PT. Inclusive sua ala esquerda chama o voto em Lula já no primeiro turno. Nesse quadro, a lógica do “menos pior” sequestra essa esquerda da ordem, que, na prática, acaba cumprindo um papel regressivo de perpetuar as ilusões da classe trabalhadora nesse regime, sob a justificativa da volta da extrema direita.

Vale a pergunta a esses setores: após quatro anos de governo Lula, num total de quase duas décadas de governos do PT, a consciência de classe avançou? A extrema direita foi derrotada? A única resposta honesta a essas questões é não. E simplesmente porque a política econômica implementada pelo governo do PT, como o arcabouço fiscal, a manutenção das privatizações e a entrega do país ao imperialismo, não mudou a vida do povo.

Grande parte dos jovens de hoje cresceu sob os governos do PT. Veio Bolsonaro, impulsionado pela crise e a desmoralização dos governos petistas, e a saída colocada por esses setores foi a volta de Lula. Pois bem, Lula voltou e continuam colocando sua reeleição como tarefa prioritária. É um círculo vicioso, que visa bloquear a construção de uma real alternativa à esquerda, atando a classe trabalhadora eternamente a uma política de alianças com o centrão e até mesmo com a direita.

Essa lógica chega ao cúmulo em São Paulo, onde

chamam o voto na ruralista Simone Tebet, a maior defensora do arcabouço fiscal e de medidas como a desvinculação do salário mínimo de aposentadorias e benefícios sociais. Ou seja, alguém que, há pouco tempo, seria classificada de forma categórica como neoliberal, sem nenhum questionamento.

VOTO ÚTIL É O QUE FAZ AVANÇAR A CONSCIÊNCIA DA CLASSE

O suposto pragmatismo dos defensores do voto útil não é nada pragmático. É "vote na direita para impedir que a direita volte". E, passado o período eleitoral, nem mesmo isso se sustenta, já que é a política econômica imposta pelo governo Lula que perpetua as condições sobre as quais a extrema direita encontra espaço para crescer e continuar ameaçando as liberdades democráticas, agora sob as asas de Trump.

O verdadeiro voto útil é aquele que ajuda a libertar o conjunto dos trabalhadores das ilusões da aliança de classes e dos projetos autoritários da extrema direita.

O PSTU disputa as eleições para denunciar seu caráter, o regime e o sistema. Cada parlamentar eleito será um tribuno operário e revolucionário para ressoar cada vez mais alto, na casa-grande, a voz da classe trabalhadora. E cada voto em Hertz e Vanessa, assim como nas candidaturas estaduais, será um ponto de apoio para fortalecer essa alternativa.■

VOTE HERTZ E VANESSA!

Com os trabalhadores, contra o sistema



DA REDAÇÃO



Nesta eleição, temos o curioso caso em que todos os candidatos se dizem contra o sistema. A questão que fica é: se todos são contra o sistema, como e por que ele continua existindo? Porque não é bem assim.

O sistema é controlado pelas grandes empresas brasileiras e estrangeiras que mandam em toda a nossa economia e política. O Brasil é dominado economicamente pelos EUA, que comandam o sistema mundial. O Congresso, os governos, o STF, as leis, tudo é feito obedecendo aos interesses dos grandes monopólios capitalistas.

Trump vem ameaçando e agredindo economicamente o país, quer interferir nas eleições e aprofundar a dependência do Brasil em relação aos interesses dos monopólios estadunidenses, transformando-nos numa colônia.

BOLSONARISMO QUER PIORAR O SISTEMA

O bolsonarismo não tem nada de antissistema. Quando esteve no governo, fez exatamente o que o sistema pediu. Entregou a Eletrobras, congelou o salário mínimo e escancarou a Petrobras à política de preços internacionais.

Flávio Bolsonaro é a cara dessa extrema direita autoritária e entreguista, que defende abertamente aprofundar a exploração dos trabalhadores. Ele se ajoelha diante de Trump a ponto de prometer uma equipe de transição ao presidente estadunidense caso seja eleito.

É a única força política do país que faz campanha pedindo tarifas contra o próprio povo, punindo o trabalhador brasileiro que perde o emprego. Antissistema é o discurso. O projeto é entregar o país mais rápido.

GOVERNO LULA MANTÉM O SISTEMA

Lula diz que é capaz de melhorar o sistema, governando para todos. Diz defender os trabalhadores, mas na prática mantém o sistema girando para enriquecer a mesma elite de sempre. Se o Lula dos anos 1970 expressava um ascenso operário que batia de frente com o regime militar, hoje o presidente em seu terceiro mandato é quem mantém o status quo, governa junto com o centrão e a direita, implementou o arcabouço

fiscal, bate recorde em concessões privadas, negocia com Trump e segue os ditames do grande agronegócio, dos banqueiros e dos monopólios capitalistas brasileiros e estrangeiros.

Medidas insuficientes que garantem certo alívio, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil (sem atualização da tabela) e o programa Desenrola, podem até resultar em alguns votos, mas não tocam nos problemas estruturais do Brasil. Ao não enfrentar o problema da nossa desindustrialização, do rebaixamento do país na ordem mundial e manter a economia sob o domínio de 250 grandes empresas controladas pelo capital estrangeiro imperialista, segue administrando a crise e, por consequência, as condições que possibilitam a perpetuação da extrema direita.

POR QUE TODOS SE DIZEM CONTRA O SISTEMA?

O PT e a extrema direita tentam se apropriar de um sentimento que se generaliza, principalmente após a chamada crise da Nova República. Uma percepção, ainda que vaga, de que, mantendo tudo como está, nada vai mudar, e as promessas após o fim da ditadura, de que com a democracia burguesa teríamos avanços sociais, não se confirmaram.

Não é à toa que ressurgem até o golpismo e as forças armadas com peso na política por meio do bolsonarismo. Também não é à toa que o PT é identificado como parte do sistema. Governou 18 dos 40 anos de redemocratização. Foi responsável, junto com a direita, pela decadência do país, administrando um sistema capitalista

falido que não resolveu os graves problemas sociais históricos do Brasil.

Por isso a extrema direita consegue aparecer antissistema. Mas precisamos desmascarar a farsa da direita. Assim como disputar os trabalhadores, mostrando que esquerda e socialismo de verdade não têm nada a ver com o que faz a esquerda do sistema capitaneada pelo PT e pelo PSOL.

Precisamos desmascarar a extrema direita que se diz antissistema e disputar os trabalhadores para mostrar que a esquerda da ordem nada tem a ver com socialismo.

Para enfrentar o sistema, é preciso enfrentar quem domina a economia

Para enfrentar os problemas mais sentidos pela classe trabalhadora e pelo povo pobre, dos salários à exaustiva jornada de trabalho imposta pela escala 6×1, passando por melhorias na saúde e educação, é necessário mexer fundo no sistema que funciona para enriquecer cada vez mais um punhado de monopólios estrangeiros, o grande agronegócio e uma burguesia nacional subordinada ao imperialismo.

A omissão do governo Lula diante do ataque do tarifaço de Trump e da escalada de ameaças, até militares, do imperialismo estadunidense, assim como o viralatismo e entreguismo dos

bolsonaristas, mostram como diferentes projetos políticos, ao se manterem nos marcos do capitalismo e atrelados a diferentes setores da burguesia, são incapazes de enfrentar o sistema. Lutar por soberania e por melhores condições de vida para os trabalhadores, buscando resolver os problemas estruturais do país, como a desindustrialização, é parte fundamental da luta contra o sistema.

Não há reindustrialização porque a classe dominante ganha mais associada aos estrangeiros que nos dominam do que desenvolvendo o país. Décadas de desindustrialização trouxeram a 6×1, o trabalho precário, os baixos salários e o desmonte dos serviços públicos.

Agora Trump quer aprofundar ainda mais a colonização. Privatizar também é perder a soberania do país. Quem controla a energia, o petróleo e as terras raras decide o que o Brasil pode fazer, e essa decisão é tomada em Nova York, Londres ou Pequim. É por isso que Trump nos ameaça com tarifas. Para defender soberania, um país deve ser dono das suas riquezas.

A luta por soberania e melhores condições de vida para os trabalhadores, revertendo o processo de desindustrialização, é parte da luta contra o sistema.

POR SOBERANIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E DIREITOS PARA OS TRABALHADORES

Estatizar as empresas estratégicas do Brasil

A extrema direita acredita que por meio do mercado conseguirá reindustrializar o país. Lula acredita que com a intervenção estatal conseguirá reverter a decadência. Mas trata-se de um processo estrutural que avançou nas últimas décadas e está por trás do retrocesso econômico e social do país. Reverter a reprimarização e reindustrializar o Brasil, portanto, não é questão de estímulo, incentivo ou boa vontade: é questão de quem controla as riquezas do país e os meios de produzir essa riqueza.

Vale, CSN, Eletrobras, Embraer, ferrovias, portos: tudo foi erguido com dinheiro público e entregue a preço de banana a grupos privados. Hoje a Petrobras distribui R\$ 100 bilhões em dividendos em quatro anos, e a Vale, R\$ 30 bilhões. Só no ano passado, R\$ 546 bilhões saíram do país em forma de lucro, juros e dividendos. Essa grana poderia ser reinvestida no país.

Para o trabalhador, privatizar sempre significou demissão, terceirização e serviço pior: os trens de São Paulo pegando fogo, a água da Sabesp insalubre, a Enel deixando bairros no escuro.

Enfrentar o sistema é tirar as empresas estratégicas das mãos dos bilionários. Por isso o PSTU defende a estatização dos setores estratégicos do país, sob controle dos trabalhadores; estatizar o setor de energia, petróleo, minério, agronegócio e siderurgia. Junto

com isso, estatizar os bancos e o sistema financeiro para controlar o fluxo de capital. É possível também estatizar setores-chave de alta tecnologia, como a Avibras, que inclusive adquire uma importância ainda maior agora com as ameaças militares de Trump, e Embraer, e garantir uma Petrobras 100% estatal.

Com os setores estratégicos nas mãos dos trabalhadores, a riqueza que hoje sai do país como remessa de lucro pode ser planejada para o que a população precisa: emprego, redução da jornada sem redução de salário, moradia, saúde e educação públicas, terra para quem trabalha nela. Não é uma lista de promessas soltas. É o caminho concreto para reindustrializar, defender a soberania e garantir melhorias na vida dos trabalhadores.

ESTRATÉGIA

Por um governo dos trabalhadores sem capitalistas

Não se trata de dizer ao povo “vote em nós e faremos por vocês”. Este programa necessita da classe trabalhadora mobilizada, organizada e em luta por sua implementação. Somente assim vencerá a resistência reacionária dos políticos defensores do capitalismo, da própria burguesia covarde e violenta e do imperialismo, os quais tentarão barrar qualquer mudança a favor dos trabalhadores. Somente assim é possível enfrentar a extrema direita, os bilionários e as multinacionais. Quem aceita a colaboração de classes acaba administrando o capitalismo em crise como fez o PT.

Só um governo da classe trabalhadora e do povo pobre, mobilizado e apoiado em suas próprias organizações, nas fábricas, nos bairros, nos locais de trabalho, é capaz de tomar as rédeas de seu próprio destino, gerindo as riquezas produzidas pelos trabalhadores de acordo com os interesses dos próprios trabalhadores. Um governo que destrua o Estado formado para a dominação da burguesia e do imperialismo e construa seu próprio Estado com uma ampla democracia dos trabalhadores, capaz de garantir que todos controlem os aspectos da economia e da política. Só assim se derrota a direita para valer e se garante conquistas aos trabalhadores.

HERTZ PRESIDENTE!

Uma vida digna para a classe trabalhadora, um país livre, desenvolvido e soberano e um governo socialista dos trabalhadores são tarefas indissociáveis. É isso que a candidatura de Hertz Dias e Vanessa Portugal à Presidência e as candidaturas do PSTU nos estados colocam de pé: uma alternativa de verdade contra o sistema. Cada voto no 16 nestas eleições fortalece esse projeto. ■



Hertz Dias, candidato à Presidência pelo PSTU.



ENFRENTAR **O SISTEMA**

POR **um BRASIL**

SOBERANO E

SOCIALISTA

PRESIDENTE

HERTZ

VICE **VANESSA**
PORTUGAL

16



SOBERANIA NACIONAL

Quem controla a riqueza produzida no Brasil?



GUSTAVO MACHADO,
DO CANAL ORIENTAÇÃO MARXISTA



Protesto contra tarifaço de Trump em frente da embaixada norte-americana em SP.
Foto: Sindmetal/SJC

Na maior parte do tempo, a soberania nacional costuma aparecer no debate público como um tema distante da vida cotidiana. Algo reservado às relações diplomáticas, às fronteiras, às Forças Armadas ou às disputas entre governos. Mas basta olhar um pouco mais de perto para perceber que não é assim. A soberania de um país se manifesta no emprego que ele é capaz de gerar, nos salários que pode pagar, nas tecnologias que domina, nos preços de tudo aquilo que consumimos e, sobretudo, nas possibilidades que possui para decidir sobre seu presente e seu futuro.

No último período, com os ataques dos Estados Unidos ao Irã e à Venezuela e com os tarifaços de

Donald Trump, associados às mais diversas imposições a dezenas de países, a palavra soberania voltou à tona. Poucos se apresentam de forma aberta contra a soberania. Quase todos dizem defendê-la. A direita fala em pátria e interesses nacionais. Setores da esquerda denunciam a dependência externa e reivindicam um projeto nacional de desenvolvimento. À primeira vista, poderíamos concluir que, ao menos nesse ponto, existe algum acordo. Mas basta perguntar o que significa concretamente ser um país soberano para que essa aparente convergência se esfume.

SOBERANIA? DE QUÊ?

Curiosamente, o tema da soberania é reivindicado por correntes bastante diferentes. A nova direita denuncia organismos internacionais e acordos multilaterais. Em sua propaganda, defende abertura comercial, privatizações, liberdade para circulação do capital e atração de investimentos estrangeiros. O pressuposto é simples: pouco importaria quem controla determinada empresa, desde que ela produza, invista e gere empregos. O problema estaria fundamentalmente no excesso de Estado, de impostos e de regulamentações.

A esquerda dominante parte de outro diagnóstico. Denuncia, com razão, a desindustrialização, a desnacionalização da economia e a dependência tecnológica. Propõe maior intervenção estatal, bancos públicos fortes, investimentos em infraestrutura, incentivos à inovação e políticas industriais.

Apesar das diferenças, tanto em um caso quanto no outro, acredita-se ser possível superar os

limites com os quais o país se defronta preservando a estrutura social existente. Um lado quer dar maior liberdade ao mercado privado; o outro pretende conduzi-lo a determinado destino por meio da intervenção estatal. Ambos, porém, esbarram no mesmo limite: procuram dirigir uma economia sem colocar em questão quem controla as forças fundamentais que a movem. É justamente aí que o problema da soberania começa a ganhar um conteúdo concreto: quem, de fato, controla o capital que organiza a produção brasileira?

Tanto a direita quanto a esquerda institucional falam em soberania, ainda que sob diferentes aspectos, mas esbarram no mesmo limite: procuram dirigir uma economia sem questionar quem controla o capital que organiza a produção brasileira.

DEPENDÊNCIA

O ciclo de dominação do capitalismo brasileiro

A posição ocupada pelo Brasil na economia mundial permite enxergar esse problema de forma bastante evidente. Em 2024, conforme indica o Anuário Estatístico do Ilaese 2025/26, o capital sediado no país representava apenas 0,81% da receita líquida das aproximadamente 700 maiores

empresas mundiais, enquanto o Brasil concentrava cerca de 2,6% da população mundial. Nosso peso entre os grandes capitais internacionais correspondia, portanto, a aproximadamente um terço de nossa participação na população do planeta.



Presidente dos EUA, Donald Trump. Foto oficial da Casa Branca: Daniel Torok

Mais importante, porém, é observar onde se concentra o capital controlado a partir do Brasil e onde ele praticamente desaparece. Os setores de tecnologia de ponta – semicondutores, plataformas digitais, computação em nuvem, inteligência artificial, equipamentos avançados, sistemas operacionais e várias cadeias fundamentais da produção contemporânea – permanecem controlados por grandes grupos sediados no exterior.

Via de regra, não temos nem sequer unidades produtivas no Brasil, mas apenas sedes administrativas. Mesmo quando existem unidades

produtivas no país, como ocorre na indústria automobilística, farmacêutica, química, de máquinas e equipamentos, o controle societário, as plataformas tecnológicas e as decisões estratégicas com frequência continuam localizados nas matrizes estrangeiras. O capital privado nacional, por sua vez, concentra maior peso em bancos, agronegócio, alimentos, mineração, siderurgia, celulose, construção, comércio e infraestrutura.

Forma-se, assim, um ciclo de dominação que se reproduz por três caminhos combinados. No primeiro, estão os setores de elevada tecnologia, cujos elos decisivos nem sequer se encontram no Brasil. Semicondutores, sistemas digitais, inteligência artificial, equipamentos avançados e inúmeras tecnologias chegam ao país como produtos prontos ou incorporados às máquinas que importamos. Sentimos os efeitos desses desenvolvimentos sobre a produtividade de todos os setores, mas não concentramos aqui os empregos, a pesquisa e o conhecimento envolvidos em sua produção.

O SEGUNDO ELO: DENTRO DO PRÓPRIO MERCADO INTERNO

No topo encontram-se setores de média tecnologia, quase sempre controlados por empresas estrangeiras. Eles geram empregos no país, mas concentram aqui sobretudo as etapas de menor qualificação, enquanto projetos, patentes e atividades de desenvolvimento permanecem resguardados nas matrizes. Ao capital nacional restam, em grande medida, os elos inferiores dessas cadeias, ligados ao fornecimento de insumos, serviços e

infraestrutura necessários para que esses grandes capitais estrangeiros operem no país.

O TERCEIRO ELO COMPLETA E SUSTENTA OS ANTERIORES

Minério, petróleo, soja, carnes, celulose e outras mercadorias primárias ou de baixa intensidade tecnológica são produzidos em enorme escala para exportação. São justamente esses setores, intensivos em recursos naturais e relativamente menos capazes de gerar empregos diante do volume produzido, que fornecem grande parte das divisas necessárias para pagar as importações e compensar os déficits gerados pela dependência dos setores mais avançados.

Todo esse quadro se agrava porque os setores mais dinâmicos do capital, aqueles que abrem novos mercados e concentram as maiores possibilidades de expansão, encontram-se justamente no primeiro elo: em grande medida, nem sequer possuem unidades produtivas instaladas no país.

QUAL O RESULTADO?

Do ponto de vista do capital privado, estrangeiro e nacional, o resultado é uma crescente fuga de capitais. As rendas de propriedade enviadas ao exterior – sobretudo lucros, dividendos e juros – saltaram de R\$ 98,6 bilhões em 2014 para R\$ 595,8 bilhões em 2025. A própria relação entre entrada e saída de capital é reveladora: em 2011, ingressaram US\$ 69,5 bilhões em investimentos estrangeiros destinados à participação no capital de empresas brasileiras, enquanto US\$ 27,2 bilhões foram remetidos em lucros e dividendos. Em 2025, entraram US\$ 44,4 bilhões

e saíram US\$ 44 bilhões. E há um agravante: grande parte do capital privado que ingressa no Brasil se destina à aquisição de ações, empresas e ativos já existentes, em vez da abertura de novas unidades produtivas.

É justamente aqui que as duas perspectivas, a da direita e da esquerda institucional, encontram seu limite. O capital privado nacional não consegue simplesmente avançar sobre as cadeias de média e alta tecnologia: não dispõe da escala de capital nem do domínio tecnológico acumulado nesses setores, que exigem décadas de investimentos, pesquisa e desenvolvimento. Tampouco o Estado está livre para conduzir a economia ao destino que desejar. Como extrai suas receitas dessa mesma engrenagem, por meio de impostos e outras formas de arrecadação, encontra-se comprimido por uma economia estagnada há mais de uma década e convive com dois problemas permanentes: o déficit orçamentário e a necessidade de absorver, por meio da dívida pública, parte do capital excedente que não encontra destino produtivo no país.

O capital sediado no Brasil representava, em 2024, só 0,81% da receita das 700 maiores empresas do mundo, enquanto o Brasil concentra 2,6% da população mundial.

ESTATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS

Sem controle de nossas riquezas não há soberania

Não há soberania possível quando um país não controla as principais fontes de sua riqueza e os meios necessários ao seu próprio desenvolvimento. Ter governo, moeda, território e eleições não basta quando os setores decisivos da produção, a tecnologia e o destino de parcela crescente da riqueza nacional escapam às decisões da sociedade. A independência política mostra-se como meramente formal e ficamos à mercê das grandes potências capitalistas.

Por isso, não existe atalho. É preciso interromper a drenagem da riqueza nacional e recuperar para o controle social as principais alavancas da economia. Petróleo, mineração, energia, sistema financeiro, infraestrutura, telecomunicações e demais setores estratégicos não podem continuar funcionando como simples meios de valorização do grande capital privado. Seus excedentes precisam financiar a reconstrução industrial, o desenvolvimento científico e tecnológico e a ampliação das condições de vida da população.

Isso tampouco significa apenas trocar proprietários estrangeiros por grandes capitalistas brasileiros. O capital nacional está preso ao mesmo ciclo que descrevemos. Soberania significa colocar sob controle da sociedade os recursos naturais, os setores estratégicos e o excedente produzido no país, utilizando-os para construir as capacidades produtivas que hoje não possuímos.

Não se trata de um sonho distante nem de uma coleção de medidas para um futuro indefinido. Trata-se das condições mínimas para que o Brasil possa decidir o próprio destino. E um país que não decide o destino da riqueza que produz não é de fato soberano. ■

É preciso interromper a drenagem da riqueza nacional e recuperar para o controle social as principais alavancas da economia.



Ato contra o tarifaço de Trump em São Paulo. Foto: Maísa Mendes

PROGRAMA

Jornada de trabalho, produtividade e o direito ao tempo livre



ANA GODOI,
DO CANAL MARX POR ELA



Manifestação pelo fim da escala 6x1 no centro de São José dos Campos (SP)
Foto Sindmetal/SJC

A jornada de trabalho é uma das questões centrais para compreender uma contradição fundamental do desenvolvimento econômico. O avanço da técnica permite produzir cada vez mais mercadorias utilizando menos trabalho. Em princípio, portanto, o aumento da produtividade poderia significar uma redução progressiva do tempo que cada pessoa precisa dedicar ao trabalho. Sob o capitalismo, porém, esse resultado não ocorre de forma automática. O tempo economizado pela tecnologia pode ser apropriado pelas empresas na forma de redução de empregos, intensificação do trabalho e ampliação dos lucros. Por isso, discutir a duração da jornada significa discutir quem se apropria dos ganhos

proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico.

Esse problema possui uma dimensão particularmente importante no Brasil porque se combina com a posição rebaixada do país na divisão internacional do trabalho e com a existência de uma enorme parcela da população desempregada ou submetida a formas precárias de ocupação. No final de 2025, havia 53,784 milhões de trabalhadores assalariados formais diante de 74,632 milhões de pessoas sem emprego ou inseridas em formas de subemprego e informalidade. O chamado exército industrial de reserva corresponde a 58,11% da classe trabalhadora brasileira. Essas pessoas não estão simplesmente fora da relação entre capital e trabalho. Na verdade, sua existência pressiona as condições dos empregados, pois aumenta a concorrência pelos postos disponíveis e amplia a capacidade das empresas de impor salários menores, jornadas maiores e contratos mais precários.

A LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1

Não por acaso ganha importância a atual luta contra a escala 6×1. Aproximadamente 62% dos trabalhadores formais, excluído o serviço público, estão submetidos a jornadas distribuídas por seis dias da semana. Mas o debate que se abriu em torno a essa proposta revela duas respostas distintas para um mesmo problema: de um lado, a nova direita sustenta que reduzir a jornada ameaça empregos e competitividade; de outro, a esquerda dominante aposta na redução legal da jornada como mecanismo capaz de melhorar as

condições de vida, gerar empregos e distribuir parte dos ganhos de produtividade.



Manifestação contra a escala 6x1 em Belém (PA)

A crítica da nova direita parte, antes de tudo, de uma compreensão equivocada da produtividade. Seu argumento identifica o PIB por hora trabalhada com a produtividade efetiva do trabalhador. Mas produzir maior valor monetário por hora não é o mesmo que produzir fisicamente mais, utilizando a mesma quantidade de trabalho. O PIB por hora é profundamente influenciado pela estrutura econômica de cada país. Economias que concentram semicondutores, softwares, pesquisa e máquinas sofisticadas produzem mercadorias de maior valor agregado do que aquelas especializadas em commodities e atividades de menor complexidade. Assim, o baixo PIB por hora brasileiro expressa também o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, e não simplesmente uma suposta baixa produtividade dos trabalhadores.

Na indústria automobilística brasileira, por exemplo, a produção passou de 6,6 veículos por trabalhador em 1990 para 24,3 em 2024, crescimento superior a 270%. Além disso, os veículos atuais incorporam softwares, sensores e diversos componentes que eram inexistentes ou muito menos difundidos em 1990. O aumento da capacidade produtiva por trabalhador é, portanto, evidente. O problema não é a inexistência de ganho de produtividade, mas o que acontece com o trabalho economizado por esse ganho.

FALSOS ARGUMENTOS CONTRA A REDUÇÃO DA JORNADA

Também está invertido o argumento segundo o qual seria necessário primeiro aumentar a produtividade para somente depois reduzir a jornada. É justamente porque a produtividade aumenta que a redução da jornada se torna possível. Se uma empresa consegue produzir a mesma quantidade utilizando menos trabalho, existem três destinos fundamentais para esse ganho: reduzir o número de empregados e manter a jornada dos restantes; manter o emprego, ampliar a produção e os lucros; ou diminuir a jornada e distribuir o trabalho necessário entre um número maior de pessoas. No capitalismo predominam as duas primeiras alternativas. A tecnologia não produz desemprego por si mesma: isso ocorre porque ela é utilizada pelas empresas de acordo com seus objetivos de valorização e concorrência.

Também não se sustenta a projeção de que uma redução da jornada necessariamente provocaria milhões de demissões. Para chegar a esse argumento, transforma-se previamente a redução

das horas trabalhadas em uma redução equivalente da produção. A partir daí se constrói uma cadeia na qual menor produção gera menos empregos, menor renda, menor consumo, menor investimento e novamente menor produção. O problema é que a conclusão já está presente na premissa inicial. Com a mesma lógica seria possível construir a sequência oposta: jornada menor, novas contratações, maior massa salarial, maior consumo, produção e investimento. Nenhum desses dois percursos pode ser tomado de modo isolado como resultado necessário.

Discutir a duração da jornada significa discutir quem se apropria dos ganhos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico.

ENFRENTAR O SISTEMA

Acabar com a escala 6x1, reduzir a jornada e ir além

O fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem diminuição salarial são conquistas reais, mas uma mudança legal isolada não altera a estrutura que produz continuamente desemprego e informalidade. A redução para 40 ou 36 horas alcança diretamente aqueles que possuem emprego formal, enquanto milhões permanecem desempregados ou subempregados. Ao mesmo tempo, as empresas podem responder aos ganhos tecnológicos eliminando empregos, terceirizando atividades ou ampliando o trabalho

intermitente e a remuneração por tarefa. Assim, enquanto a direita pretende rebaixar os direitos dos empregados em nome daqueles que estão excluídos, a esquerda dominante melhora os direitos de uma parcela dos trabalhadores sem eliminar os mecanismos que reproduzem a exclusão.

O problema também não pode ser resolvido supondo que o aumento do consumo provocado pela redução da jornada e por novas contratações produzirá automaticamente uma expansão correspondente da produção nacional. Esse mecanismo encontra limites em uma economia concentrada em bens básicos e intermediários e que não controla grande parte dos setores tecnológicos que concentram os principais investimentos mundiais. A discussão sobre jornada conecta-se, portanto, diretamente à estrutura produtiva do país. Não basta distribuir melhor os empregos existentes: é necessário ampliar a própria capacidade produtiva e desenvolver setores industriais, científicos e tecnológicos capazes de incorporar trabalho de maior complexidade.

A redução da jornada adquire, nessa perspectiva, um significado muito mais amplo. O fim da escala 6×1 deve constituir o ponto de partida para uma redução progressiva do tempo de trabalho, sem redução salarial e sem mecanismos que recomponham as horas eliminadas por meio de banco de horas, trabalho intermitente ou remuneração por hora de trabalho. Se o desenvolvimento técnico permite produzir a mesma riqueza em menos tempo, o trabalho necessário deve ser distribuído entre a população

disponível, em vez de uma parcela trabalhar excessivamente enquanto outra permanece desempregada ou subempregada. Essa política precisa caminhar junto com a reconstrução produtiva do país, criando condições para incorporar a força de trabalho atualmente excluída.

TRABALHAR MENOS PARA QUE TODOS TRABALHEM

Se considerarmos a incorporação dos desempregados e subempregados em relações formais de trabalho e simultaneamente uma redução de 25% da jornada, poderíamos estimar um PIB potencial de R\$ 21,361 trilhões, diante de um PIB efetivo de R\$ 12,738 trilhões. O cálculo não pretende prever o comportamento da economia capitalista, mas mostrar a dimensão da capacidade produtiva que permanece inutilizada ou subutilizada pela existência estrutural do desemprego e da informalidade.



Foto: PSTU-SP

No entanto, distribuir o trabalho disponível e reconstruir a estrutura produtiva ainda não resolve o problema na íntegra. Enquanto as decisões sobre tecnologia, produção e emprego permanecerem exclusivamente nas mãos dos proprietários das grandes empresas, cada inovação continuará sendo introduzida prioritariamente para elevar lucros e vencer a concorrência. Por isso, conquistas sobre a jornada podem ser continuamente compensadas por intensificação do trabalho, terceirização, metas, banco de horas e novas modalidades de contratação. A questão decisiva é colocar a própria produtividade sob controle social.

Se uma inovação permite produzir em 30 horas aquilo que antes exigia 40, a consequência socialmente racional não é demitir um quarto dos trabalhadores nem obrigar os restantes a produzir mais no mesmo tempo. É reduzir a jornada, preservar os salários e distribuir o trabalho necessário entre todos. Isso exige que as decisões sobre tecnologia, emprego e repartição da riqueza deixem de responder exclusivamente às necessidades de valorização do capital. ■

ELEIÇÕES 2026

PSTU dá largada à campanha eleitoral com mobilizações em todo o país

Em São Paulo, Hertz Dias e Vanessa Portugal defenderam a reestatização de setores estratégicos da economia



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Primeiro dia da campanha de Hertz na Av. Paulista, em São Paulo. Foto: Jovipe

O PSTU deu início à campanha eleitoral de 2026 com atividades em diversas cidades do país no dia 16 de agosto. Militantes, apoiadores, candidatas e candidatos do partido realizaram panfletagens, caminhadas, reuniões e encontros com trabalhadores para apresentar um programa socialista, que responda às necessidades mais sentidas pelo povo pobre e trabalhador.

Com o lema “Com os trabalhadores, contra o sistema”, o partido abriu oficialmente sua campanha, levando às ruas propostas voltadas à defesa dos serviços

públicos, dos direitos trabalhistas, da soberania nacional e do combate às desigualdades sociais.

Em vários estados, as candidaturas do PSTU estiveram presentes em feiras, bairros populares, locais de trabalho e espaços de convivência da classe trabalhadora.

PRESIDENCIÁVEIS

Hertz Dias e Vanessa Portugal nas ruas de São Paulo

Um dos principais destaques do primeiro dia de campanha aconteceu em São Paulo, onde o candidato à Presidência da República, Hertz Dias, esteve ao lado de Vanessa Portugal, candidata a vice-presidente, e de Vera, candidata ao governo paulista pelo PSTU.

A agenda incluiu panfletagens na Feira da Vila Matilde, caminhada na Avenida Paulista, atividades no Vale do Paraíba e participação em eventos de campanha de candidatos do partido.

Durante o diálogo com trabalhadores e moradores, Hertz apresentou uma das principais bandeiras de sua candidatura: a reestatização das empresas estratégicas e o controle público dos setores fundamentais da economia.

Partindo de uma realidade concreta, Hertz destacou a cidade de São Paulo como exemplo dos problemas gerados pelas privatizações promovidas nos últimos anos.

“O povo paulista está vivendo na prática o resultado das privatizações. Serviços essenciais foram

transformados em fonte de lucro para empresários e multinacionais, enquanto a população paga mais caro e recebe um serviço cada vez pior”, afirmou.

Entre os exemplos citados por Hertz estão a atuação da Enel no setor elétrico, a privatização da Sabesp e a concessão de linhas ferroviárias à iniciativa privada. O candidato criticou os apagões recorrentes, o aumento das tarifas de energia, os problemas no abastecimento de água e as falhas registradas no sistema ferroviário paulista.

“Privatizam dizendo que o serviço vai melhorar, mas a realidade mostra o contrário. O que melhora é o lucro dos empresários. Quem paga a conta é a população trabalhadora, que enfrenta tarifas mais altas, piora do atendimento e precarização dos serviços”, declarou.

ESTATIZAR PARA GARANTIR DIREITOS E SOBERANIA NACIONAL

Durante as atividades, Hertz Dias e Vanessa Portugal defenderam a retomada do controle público sobre empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país. Entre os setores apontados pela candidatura estão energia elétrica, petróleo, mineração, sistema financeiro, infraestrutura e transportes.

O programa do PSTU defende que áreas fundamentais para a economia não devem permanecer subordinadas aos interesses dos grandes grupos econômicos e do mercado financeiro. A proposta é que os recursos produzidos por esses setores sejam direcionados para investimentos em saúde, educação, moradia, transporte e geração de empregos.

Vanessa Portugal ressaltou a importância da defesa da estatização de todas as empresas estratégicas, como Petrobras, Vale, as do setor de energia elétrica e armamento, além da nacionalização do sistema financeiro.

“O Brasil produz riquezas imensas. O problema é que essa riqueza está nas mãos de uma minoria de banqueiros, multinacionais e grandes empresários. Nossa proposta é colocar essas riquezas a serviço dos trabalhadores e do povo pobre”, pontuou Vanessa Portugal.

COM OS TRABALHADORES, CONTRA O SISTEMA

Uma campanha construída nas ruas

Para o PSTU, o primeiro dia de campanha simbolizou o início de uma mobilização nacional baseada na presença cotidiana junto à classe trabalhadora, à juventude e aos setores populares.

“Estamos iniciando esta campanha ao lado dos trabalhadores, porque são eles que produzem toda a riqueza do país. É com eles e para eles que queremos construir uma alternativa contra este sistema que concentra riqueza para poucos e impõe sacrifícios para a maioria”, finalizou Hertz Dias.

AGENDA

Hertz e Vanessa pelo Brasil!

Acompanhe a agenda de Hertz Dias e Vanessa Portugal pelas redes sociais. Entre na campanha com a gente! Mande mensagem para receber os materiais.■

ACOMPANHE A AGENDA DE HERTZ

CLIQUE AQUI

SÃO PAULO

Vera aparece em 3º lugar nas pesquisas, mas sofre boicote da grande mídia



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



*Vera em campanha em fábricas da região do Vale do Paraíba, em SP.
Foto: Divulgação*

Vera Lúcia, candidata do PSTU ao governo de São Paulo, segue aparecendo em terceiro lugar nas pesquisas, mas sofre um forte boicote da grande mídia. As regras atuais de financiamento e acesso à propaganda eleitoral, somadas aos critérios adotados por parte da imprensa para entrevistas e debates, reduzem a visibilidade de candidaturas com menor estrutura partidária.

Para Vera, essa discussão vai além dos interesses de um partido específico e envolve o direito da população de conhecer diferentes projetos políticos.

“A questão não é apenas o PSTU. O problema é que milhões de pessoas acabam tendo acesso apenas às candidaturas que já possuem mais recursos, mais tempo de exposição e mais espaço nos grandes veículos. Isso não é democrático, pois a população não pode ouvir todas as propostas e decidir livremente”, afirma.

Ao longo da campanha, pesquisas eleitorais têm colocado Vera entre os nomes mais lembrados pelos eleitores, fora da polarização principal da disputa paulista. Mesmo assim, sua participação em entrevistas, sabatinas e espaços de debate tem sido menor do que a destinada aos candidatos que lideram as pesquisas.

O PAPEL DA IMPRENSA

É importante abrir uma discussão sobre os critérios utilizados por veículos de comunicação para organizar debates, entrevistas e coberturas eleitorais. Embora a imprensa tenha autonomia editorial para definir sua programação, tem o dever de ampliar a pluralidade de vozes presentes na cobertura das eleições.

As empresas de comunicação costumam justificar seus critérios com base em fatores como relevância eleitoral, representação institucional, interesse público e limitações de tempo e formato. Critérios usados quando é conveniente a elas. Nesse caso, usam para silenciar uma candidatura socialista e revolucionária.

Esse deve ser conectado a uma discussão mais ampla sobre o funcionamento da dita democracia brasileira e os mecanismos que regulam a disputa eleitoral: “A democracia não se resume ao direito

de votar. Ela também envolve o direito de conhecer as diferentes alternativas que disputam os rumos do país e do Estado. Por isso, o PSTU é parte campanha que surgiu na internet ‘Queremos a esquerda nos debates’. Essa luta é urgente e necessária”, ressalta Vera.

A discussão sobre financiamento eleitoral, propaganda política, acesso aos meios de comunicação e pluralidade de vozes são temas presentes na campanha de 2026, envolvendo não apenas o PSTU, mas também outras legendas de menor porte que buscam ampliar sua participação no debate público.

PARÁ

Campanha do PSTU inicia com caminhada na Terra Firme, bairro periférico de Belém



Lançamento das candidaturas do PSTU em Belém (PA)

A campanha do PSTU no Pará começou nas ruas. No dia 16 de agosto, a candidata ao governo do

estado, Well Macêdo, e o candidato a vice-governador, Seu Aléx, junto com a militância do partido e apoiadores, realizaram uma caminhada no bairro da Terra Firme, em Belém, um dos mais populosos e periféricos da capital paraense.

Sob o lema “Com a classe trabalhadora e os povos da Amazônia, contra o sistema”, a atividade percorreu a feira e diversas ruas do bairro, dialogando com moradores sobre problemas históricos enfrentados pela população, como falta de saneamento básico, alagamentos, calor extremo e precariedade da infraestrutura urbana.

Durante a caminhada, Well destacou que a realidade da Terra Firme expressa a situação vivida por milhões de trabalhadores em todo o Pará. O estado segue entre os piores do país em saneamento básico, apesar da enorme riqueza produzida por seus recursos naturais: “Não é falta de dinheiro. É uma escolha política que beneficia grandes empresários enquanto abandona a maioria da população”.

A candidata defendeu a reestatização da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), com gestão pública e controle dos trabalhadores e da população, além de um amplo plano de investimentos em saneamento para universalizar o acesso à água tratada e à coleta de esgoto.

Well também relacionou a crise do saneamento aos efeitos das mudanças climáticas. Os bairros periféricos, onde vive a maioria da população trabalhadora, negra e pobre, são os mais atingidos

pelas altas temperaturas, pela falta de arborização e pelos alagamentos.

Como alternativa, o PSTU propõe um plano de obras públicas voltado à drenagem urbana, saneamento, arborização e recuperação ambiental das cidades, além da construção de moradias populares adaptadas à realidade amazônica.

A caminhada marcou o primeiro ato público da campanha de Well Macêdo e Seu Aléx, que seguirão percorrendo bairros populares, locais de trabalho e municípios do interior do estado.■

LANÇAMENTO

Livro “Programa revolucionário para o Brasil” está no prelo

 MARIÚCHA FONTANA,
DA REDAÇÃO



Capa do livro: Programa Revolucionário para o Brasil

Até o final de agosto, será publicado pela Editora Sundermann o livro Programa revolucionário para o Brasil & Análise do Brasil contemporâneo.

Este livro é dois em um. O Programa revolucionário para o Brasil (ou Programa de Transição para o Brasil) é o primeiro. O segundo é Análise do Brasil contemporâneo – ou uma anatomia do capitalismo brasileiro hoje.

Eles acumulam um trabalho de pesquisa, investigação, estudo, debate e elaboração coletiva iniciado em 2024 que resultou em um seminário nacional, seminários regionais em 2025, debate

coletivo sobre o programa na base, pré-congresso e Congresso do pstu, em 2026.

Tanto o estudo e análise quanto o programa aqui desenvolvidos são complementares ao livro O Brasil precisa de uma revolução socialista, publicado em 2018, no qual abordamos o Brasil sob as lentes da teoria da revolução permanente do ponto de vista histórico e de como essa história marca o país até hoje.

O trabalho atual expressa uma análise sobre o Brasil contemporâneo e seu desenvolvimento ou, de forma mais precisa, sua decadência desde os anos 1990 até os nossos dias.

PALAVRAS DE ORDEM E PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Se a análise e a compreensão da realidade conformam os pressupostos do programa, o programa sistematiza as tarefas ou propostas que podem, se tomadas para a mobilização dos trabalhadores e seus aliados, mudar essa realidade, levar a classe trabalhadora ao poder e a outra forma de organização da sociedade. Uma sociedade na qual aqueles que produzem a riqueza existente possam também distribuí-la e definir o que fazer com ela, de forma planejada, em benefício da maioria da população, da soberania do país e da preservação do meio ambiente.

As palavras de ordem que surgem e se combinam no programa de transição são de quatro tipos e nasceram em distintas etapas históricas, mas refletem as necessidades atuais objetivas e subjetivas do proletariado e do movimento de

massas. São elas: democráticas; mínimas ou parciais; transitórias; e as internas às organizações operárias.

Contudo, esses quatro tipos de palavras de ordem que se combinam no programa não possuem uma ordem estática e imutável a ser usada em todos os momentos. E não será toda combinação entre elas a correta em qualquer conjuntura.

Nesse sentido, no desenvolvimento da mobilização das massas, as palavras de ordem ganham vida e, muitas vezes, uma dinâmica que transforma seu significado. Ao se transformarem em ação, a depender das circunstâncias, podem adquirir uma dinâmica que se choca e leva a ultrapassar os limites do sistema capitalista, da propriedade privada e do Estado burguês, colocando na realidade a necessidade e a possibilidade da tomada do poder pelos trabalhadores. Necessidade e possibilidade objetivas que, porém, para serem concluídas, exigem uma direção revolucionária.

GUIA PARA AÇÃO E ORGANIZAÇÃO

O programa de transição específico para o Brasil atual apresenta no seu prólogo um manifesto sobre o programa comunista para o Brasil hoje. Ele faz a defesa do comunismo e de sua atualidade revolucionária, mas não como abstração, e sim como mudança da sociedade concreta em que vivemos. Demonstra as bases econômico-sociais da direita e tira o véu que encobre seus slogans abstratos, apresentando-a como o que ela é e seus reais objetivos. Da mesma forma, despe a esquerda do sistema, especialmente o PT e seus governos capitalistas

de colaboração de classes, que se transformaram em vanguarda do conservadorismo e administradores do retrocesso capitalista.

Mostra que os revolucionários, ao contrário da esquerda do sistema, arrancam sua poesia do futuro. Buscam organizar a classe trabalhadora. Não deixam de ver as contradições e dificuldades com as terceirizações, precarização, plataformização e individualização do trabalho, mas enxergam também novas possibilidades para a mobilização, organização, avanço da consciência de classe e construção de uma alternativa revolucionária e apontam propostas para esse desafio.

O programa vai sobretudo buscar formular as principais tarefas mínimas, democráticas e transitórias colocadas no período atual como necessidade e possibilidade, de forma que, tomadas pela mobilização, possam, em sua conexão, romper as engrenagens do sistema capitalista e colocar para os trabalhadores a possibilidade de tomar o poder das mãos da burguesia e, assim, tomar em suas mãos o destino do país.

O objetivo é que este programa possa ser uma ferramenta para a classe trabalhadora e sua vanguarda enfrentarem o desafio de fazer avançar a organização da classe trabalhadora com independência de classe, superação da direção atrelada ao sistema e à ordem capitalista hoje existente; e para a construção de uma direção revolucionária com influência de massas, para que a classe trabalhadora possa realizar a transformação social que necessitamos.

Fique ligado que a pré-venda já vai começar! 

NÃO À CONDENÇÃO DE ZÉ MARIA

Não nos calarão: nem uma voz pela Palestina será silenciada



DA REDAÇÃO



Zé Maria presente na Marcha Mundial por Gaza, junho de 2025, São Paulo (SP)

Foi definido para 24 de setembro o julgamento em segunda instância do recurso contra a condenação a dois anos de prisão em regime aberto, imposta pela 4ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo ao presidente nacional do PSTU, José Maria de Almeida, o Zé Maria. Vamos a mais um capítulo da perseguição sionista àqueles e àquelas que ousam levantar suas vozes para denunciar o genocídio do povo palestino e os 78 anos de ocupação de suas terras pelo Estado colonialista e racista de Israel.

A alegação do Ministério Público está baseada na surrada falácia que equipara antissionismo a antissemitismo para daí inventar uma acusação de

racismo contra todos e todas que denunciem as atrocidades praticadas por Israel contra o povo palestino. A verdade por trás de tudo isso é o desespero das organizações sionistas que atuam em nosso país (Confederação Israelita Brasileira, Federação Israelita de São Paulo), que têm cada vez mais dificuldade para defender o indefensável – o genocídio do povo palestino praticado pelo Estado sionista.

Infelizmente não constitui uma surpresa o fato de o poder judiciário do país ser usado como instrumento para isso. As relações do sionismo com a elite econômica do país propiciam essa instrumentalização. A sentença proferida pelo juiz da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal não tem nem um resquício de base legal e faz parte de uma ofensiva que atinge não apenas Zé Maria, mas dezenas de outros ativistas e dirigentes políticos em nosso país, como José Genoino, ex-presidente do PT, e Breno Altman do portal OperaMundi.

“Dizer que o Estado de Israel tem que acabar não tem nada a ver com fazer pregação contra o povo judeu; é o mesmo que dizer que o Estado de apartheid da África do Sul tinha que terminar, e isso não significava pregar a morte dos brancos sul-africanos, mas defender o fim de um Estado de segregação racial”, afirma Zé Maria.

O julgamento do recurso contra a condenação de Zé Maria a dois anos de prisão foi definido para o dia 24 de setembro.

PRECEDENTE PERIGOSO

Um ataque às liberdades democráticas

Seria um erro considerar que essa condenação se resume a um ataque ao camarada Zé Maria.

Trata-se de uma ofensiva que visa criminalizar um direito democrático fundamental: o livre direito a expressar suas opiniões que cada cidadão desse país tem conforme a Constituição Federal. Um direito e uma liberdade fundamental conquistada a duras penas na luta contra a ditadura militar. Ou seja, atinge a todos e a todas que prezam por esse direito básico em qualquer democracia. Sem falar que, se a moda pegar, amanhã pode ser criminalizado o direito a expressar uma opinião crítica ao governo, aos patrões etc.

A luta contra a condenação de Zé Maria precisa ser tomada, então, por todos e todas que defendem as liberdades democráticas. Trata-se de enfrentar uma ofensiva, impulsionada pelo sionismo, para criminalizar a defesa da luta do povo palestino, que se expressa também nos processos abertos contra vários outros dirigentes e ativistas, no Projeto de Lei 1424/26 da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), no ataque e sequestro dos participantes da Global Flotilha Sumud etc. Derrotar essa ofensiva e fortalecer a luta em defesa do povo palestino – esse precisa ser nosso objetivo.

Outro erro que precisamos evitar é concentrar nossos esforços para derrotar os ataques realizados pelas organizações sionistas deixando em segundo plano a defesa da luta do povo palestino. A luta contra a condenação de Zé Maria

e demais ativistas e dirigentes processados, para impedir a aprovação do PL de Tabata Amaral etc., é indissociável do nosso esforço para elevar ainda mais as vozes e as mobilizações em nosso país em apoio ao povo palestino e denúncia do Estado racista e colonialista de Israel.

Intensificar a campanha contra a condenação de Zé Maria

A campanha contra a condenação de Zé Maria tem tido bastante repercussão e gerado inúmeras manifestações de solidariedade e apoio. Além do ato político realizado em São Paulo, que lançou a campanha, tivemos um ato importante no Rio de Janeiro e outro muito concorrido em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foram centenas de notas e moções de solidariedade recebidas de entidades e movimentos do Brasil e de diversos outros países.



Audiência em Belo Horizonte (MG) em apoio à resistência palestina

Agora, marcado o julgamento, é preciso intensificar a campanha. Reforçar a necessidade do envio de notas e moções de apoio das entidades e movimentos que ainda não o fizeram

para os desembargadores que compõem a junta designada para julgar o recurso apresentado contra a condenação sofrida pelo camarada na primeira instância. E intensificar nossa luta em defesa do povo palestino e a denúncia das atrocidades cometidas pelo Estado de Israel, seguindo inclusive com a cobrança ao governo brasileiro para que rompa relações diplomáticas, econômicas e militares com o Estado sionista.

A Palestina será livre, do rio Jordão ao mar! ■

PELA ABSOLVIÇÃO DE ZÉ MARIA

Envie moções e mensagens

Desembargador Federal Helio Edydio de Matos Nogueira
gab1241@trf3.jus.br

Desembargador Federal José Marcos Lunardeli
gabjl@trf3.jus.br

Desembargador Federal Fausto Martins De Sanctis
gabfs@trf3.jus.br

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo
gabnt@trf3.jus.br

Com cópia para:
liberdadesdemocraticaszemaria@gmail.com

ELEIÇÕES 2026

Campanha por maior pluralidade nos debates eleitorais ganha força nas redes e chega às ruas



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Ato em frente à Band contra o veto às candidaturas da esquerda

A campanha “Queremos a Esquerda nos Debates” ganhou repercussão nas últimas semanas, mobilizando apoiadores de diferentes organizações políticas que defendem a ampliação da participação de candidaturas de esquerda nos debates e sabatinas promovidos pelos principais veículos de comunicação durante as eleições de 2026.

O movimento surgiu inicialmente nas redes sociais e rapidamente ganhou visibilidade por meio de

vídeos, manifestos e publicações que questionam os critérios adotados por emissoras de televisão para a definição dos participantes dos debates eleitorais. Depois, a mobilização passou a ocupar também as ruas, com atos realizados em frente a sedes de emissoras, a exemplo da Band, na noite da realização de um debate entre os candidatos ao governo de São Paulo.

Os organizadores da campanha argumentam que a população deve ter acesso ao maior número possível de candidaturas e propostas políticas durante o período eleitoral. Entre os casos citados com frequência está o de Vera Lúcia, candidata do PSTU ao governo de São Paulo, que tem aparecido em terceiro lugar nas pesquisas eleitorais, mesmo disputando com candidaturas de partidos mais estruturados. Vera tem recebido cobertura reduzida dos grandes veículos de comunicação quando comparada aos candidatos mais bem posicionados.

Essa discussão vai além dos interesses de um partido específico e diz respeito ao acesso da população à informação.

No plano nacional, o presidenciável do PSTU, Hertz Dias, também tem defendido a ampliação da participação de candidaturas nos debates. Para ele, os programas televisivos representam um dos principais espaços de apresentação de propostas ao eleitorado.

Outra voz que tem se destacado na campanha é Mandi Coelho, candidata a deputada federal em São Paulo pelo PSTU e influenciadora com forte presença nas redes sociais. Por meio de vídeos e

publicações, ela tem contribuído para ampliar o alcance da discussão e mobilizar apoiadores em defesa de maior pluralidade nos espaços de debate político.

OFÍCIOS ÀS EMISSORAS

Como parte da mobilização, representantes da campanha encaminharam ofícios a emissoras de televisão solicitando a ampliação da participação de candidaturas de esquerda nos debates e sabatinas. Entre as respostas recebidas está a da Band, que informou não haver interesse editorial em convidar determinadas candidaturas para seus programas.

A resposta da Band é vergonhosa e demonstra que critérios editoriais limitam o acesso do público a diferentes projetos políticos durante o processo eleitoral. A defesa da autonomia editorial não pode ser argumento para silenciar candidaturas e impedir a população de conhecer as propostas de todos os candidatos.

É importante destacar que os sinais dos canais televisivos são concessões públicas de radiodifusão. Embora sejam empresas privadas, as emissoras operam por meio de concessões públicas concedidas pelo Estado. Essa condição reforça a necessidade de garantir diversidade de opiniões e pluralidade política na cobertura eleitoral.

A HORA DE UNIR FORÇAS

A campanha “Queremos a Esquerda nos Debates” ganhou força nas redes sociais e nas ruas. O momento é de unir forças e seguir denunciando a falsa democracia eleitoral e o papel

antidemocrático dos grandes veículos de comunicação.

Nesse sentido, lamenta-se a postura da UP em não se somar à campanha. O momento é de construção de iniciativas unitárias em torno da ampliação da pluralidade nos debates eleitorais, e esse tema ultrapassa as divergências programáticas existentes entre diferentes correntes da esquerda brasileira.

É hora de avançar com a campanha “Queremos a Esquerda nos Debates”, que colocou em discussão nas redes sociais e nas ruas a falta de democracia nas eleições brasileiras e o papel da grande imprensa nesse jogo antidemocrático. A campanha colocou em evidência um tema recorrente nas eleições, transformou a questão da representação nos debates em um tema nacional e contribuiu para ampliar a discussão sobre pluralidade, comunicação e acesso à informação durante o processo eleitoral.

O PSTU seguirá sendo parte ativa dessa luta!■

#queremosaesquerdanosdebates

LEGADO

Após 86 anos de sua morte, por que Trotsky continua fundamental?



DENIOR MACHADO,
DE PORTO ALEGRE (RS)



Leon Trotsky

Trotsky foi assassinado a mando de Stálin em 20 de agosto de 1940. Muitos ativistas questionam hoje a validade de rever polêmicas tão antigas entre Trotsky e Stálin. No entanto, discutir Trotsky hoje significa entender o que foi o século passado.

O século XX não passou em vão. A Revolução Russa de 1917 e o regime que dela derivou, junto com a Segunda Guerra Mundial, mudaram os rumos da humanidade. A revolução desfez o que a burguesia propaga de forma permanente: a suposta incapacidade dos trabalhadores de mudar a história.

O PAPEL DE TROTSKY

Seu papel não se restringe ao personagem histórico

à frente da revolução, na guerra civil e na formação do Exército Vermelho. Foi central nas polêmicas teóricas na esquerda russa sobre as possibilidades da revolução naquele início de século.

A maioria dos marxistas excluía a revolução socialista nos países atrasados: primeiro a revolução burguesa e democrática, depois – com o capitalismo maduro – a socialista, diziam. Trotsky partia de outro fato material: o capitalismo já era um sistema mundial, e nenhum país refaria sozinho a escada que a Inglaterra subira. Concluiu então que a burguesia russa, nascida tarde e sócia do imperialismo e do latifúndio, temia mais os próprios operários do que o atraso e não faria a revolução democrática que lhe cabia. E o campesinato, disperso, seguiria a burguesia ou o proletariado, sem programa próprio.

Restava à classe operária tomar o poder para resolver as tarefas democráticas: terra, soberania e liberdades; não poderia parar nelas, porque a reação burguesa e imperialista a obrigaria a avançar sobre a propriedade capitalista. Essa era a teoria da revolução permanente. Lênin também via a revolução possível na Rússia, mas passando por uma etapa democrática – sob um governo operário e camponês, sem ainda definir qual dessas classes daria a direção, mas já contra a burguesia e não aliado a ela.

Eram os dois de uma mesma vertente, que tomava o marxismo como método de análise da realidade e como guia para a ação. A Revolução Russa resolveu o debate na prática, e Lênin, apoiado na classe operária e na realidade material que a Primeira Guerra Mundial expôs, chegou às mesmas conclusões. Seu papel decisivo – construir um

partido talhado para a luta pelo poder – foi reconhecido pelo próprio Trotsky como o mais fundamental.

O FIO DE CONTINUIDADE DO MARXISMO

A revolução europeia retrocedeu, e a Rússia ficou confinada num beco estreito, destruída pela intervenção imperialista. Sobre esse impasse se ergueu o regime burocrático que congelou a revolução sob a ditadura de Stálin. A invasão nazista à URSS foi derrotada, e isso foi uma grande vitória do proletariado, mas deu sobrevida à burocracia, isolando por décadas quem defendia a revolução mundial e a revolução política na URSS.

Qual foi, então, o papel de Trotsky na segunda metade do século XX? Manter um fio de continuidade revolucionário: a Quarta Internacional e uma compreensão do mundo à luz do método marxista. Sua análise sobre a URSS como Estado operário burocratizado foi confirmada de modo dramático entre 1989 e 1991, com a restauração do capitalismo nos países onde a burguesia fora expropriada. Não há socialismo em um só país: enquanto o imperialismo dominar o globo, estará sempre colocada a possibilidade da derrota da revolução.

A direção stalinista deformou os partidos comunistas e derrotou revoluções – China em 1927, Alemanha em 1933, Espanha em 1936, Itália e Grécia, no fim da Segunda Guerra Mundial, e outras. Rompeu com a independência de classe, fazendo alianças com a burguesia, e isso até hoje. Essa deturpação é a matriz teórica dos partidos antes revolucionários, hoje reformistas – que a vanguarda conhece como marxismo

Diante da degeneração da URSS e da hegemonia do stalinismo, Trotsky manteve o fio de continuidade revolucionário.

ATUAL

Trotsky continua fundamental

A tarefa de reconstruir uma direção revolucionária mundial segue em aberto, resgatando o marxismo. Não se vê nenhum partido de esquerda se declarar contra a independência de classe ou contra o internacionalismo. Mas esses princípios foram esvaziados na prática: declara-se independência de classe e governa-se com a burguesia; declara-se internacionalismo mas opõe-se à extensão da revolução.

A melhor homenagem que podemos render a Trotsky é seguir seu exemplo. Ele não ficou preso a dogmas: resgatou o método marxista e seus princípios, fez a análise concreta da situação concreta, como propunha Lênin.

A tarefa que Trotsky nos deixou é a elaboração de um programa de transição, que parta das demandas imediatas dos trabalhadores integradas num sistema cujo objetivo é a luta pelo poder. É ganhar a vanguarda para este programa e para o partido revolucionário. ■

CINEMA

Odisseu vai à terapia



JOVIPE,
DE SÃO PAULO (SP)



Foto promocional do filme A Odisseia

A Odisseia, de Christopher Nolan, impressiona. Mas impressionar não basta. Nolan falha em agradar a gregos e troianos. Assistimos a um Odisseu convertido num herói moderno, imerso na culpa gerada pela violência de seus próprios atos, culpa que supostamente o enobrece. A lógica de redenção do longa achata, além do próprio Odisseu (Matt Damon), grande parte das personagens, que operam como auxiliares do processo de extirpação da culpa.

Enquanto Atena (Zendaya) funciona quase como o superego de Odisseu, Calipso (Charlize Theron) é a terapeuta com quem o protagonista passa sete anos preso esperando por um insight, recordando, repetindo e elaborando o descumprimento da lei de Zeus.

Penélope (Anne Hathaway), por sua vez, lida com uma personagem emparedada: nesses limites, sua atuação torna dinâmica e interessante sua devoção a um amor que não se justifica.

Questiona a necessidade de escolher um novo marido para governar Ítaca, sendo ela a rainha sentada no trono pelos vinte anos de ausência do rei, mas tudo deságua na defesa incondicional de seu amor por Odisseu e num embate constante com Telêmaco (Tom Holland), seu filho, que vive à sombra do pai idealizado.

De toda forma, o filme não faz jus nem mesmo às acusações de misoginia: esse achatamento não recai apenas nas personagens femininas. Faz parte de uma lógica mais geral, e sua maior vítima é o protagonista.

Samantha Morton, que dá vida a Circe, é quem protagoniza um dos momentos mais interessantes do longa. Sua atuação, combinada com os elementos grotescos muito bem explorados ao transformar os guerreiros em porcos, destaca-se e dá um pouco de esperança de que a partir dali o tom mude. Mas não muda. A cena da feiticeira não escapa ao grande redemoinho de traumas.

O ciclope Polifemo, por exemplo, é reduzido a um ser de uma burrice invejável e só serve como pretexto para evocar a fúria de Poseidon. Os lestrigões também são usados como mero artifício: nesse caso, aumentam o peso da culpa no herói, que vê inúmeros membros de sua frota assassinados pelos gigantes.

Enquanto Odisseu se divide entre a vontade de manter toda sua tripulação viva e o desgosto de

sentir que já causou muita destruição, os deuses gregos são reduzidos a uma versão moralizante, limitados a reagir e a punir. Há referências constantes a trovões, tempestades, mar revolto etc., uma tentativa de arranhar a lógica da mitologia grega que falha por se apoiar numa lógica cristã. Ao psicologizar a Grécia Antiga, Nolan liberta seu Odisseu do jugo dos deuses e deixa de lado o que havia de melhor no Odisseu de Homero, que se destacava por sua capacidade de driblá-los.

Interpretações à parte, a montagem com os flashbacks, a seleção e o encadeamento dos episódios, a trilha sonora e a sonoplastia ganham pontos para o longa. Destaque positivo para a cena das sereias, em que seu canto é abafado, e apenas Odisseu as escuta. Ainda que instantes depois o personagem descreva o que ouviu com aquele mesmo tom moral. E mesmo que os flashbacks remontem à elaboração de um trauma à la psicanálise, o encadeamento das aventuras impõe um ritmo intenso às três horas de filme.

O problema não está relacionado à adaptação em si – se foi fiel ou não ao livro, se foi fiel ou não à caracterização. Nolan poderia inventar um novo Odisseu do zero e estaria tudo bem se ele fosse minimamente interessante. O Odisseu de Nolan, narrando sua própria dor num coitadismo sem fim, prefere a nobreza que advém do sacrifício à glória dos heróis épicos. Mais: o que há de épico empalidece em nome do psicológico, mas o psicológico não tem lastro para nos convencer desse herói complexado que Nolan tentou pintar.

A grandiosidade da tela IMAX inebria o espectador. A boa trilha sonora é crucial para

tentar nos convencer dessa grandeza. Mas, ainda que eu tenha assistido ao filme numa tela gigantesca, não foi grande o suficiente – nem a tela nem o filme.

SOBRE A LACRAÇÃO DE NOLAN

A reação de Elon Musk e de figuras conservadoras à escalação de Elliot Page e de Lupita Nyong'o é pura transfobia e racismo encobertos de um apelo à fidelidade histórica. As escalações, na verdade, são muito interessantes. Quanto a Page, por ser um caso ainda raro de um ator trans representando um personagem cuja história não tem como eixo sua jornada de afirmação de gênero.

Nyong'o, por sua vez, insere-se num movimento crescente em Hollywood nos últimos anos com a escalação de atrizes negras para personagens fictícias. É o caso de sua colega de elenco Zendaya: em 2016, quando anunciado que ela seria a Mary Jane do novo Homem-Aranha, uma parte do público também chiou.

Detalhe: o conceito moderno de raça não existia na Grécia Antiga. Então, além de racista, a turminha de Elon Musk faz uma defesa burra de A Odisseia de Homero diante da versão woke de Nolan.■

O Odisseu de Nolan, narrando sua própria dor num coitadismo sem fim, prefere a nobreza que advém do sacrifício à glória dos heróis épicos.